



Anais da Assembléia

N.67

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1986
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Gabriel Manoel.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - (Pela Ordem) Solicito verificação da ata.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, e informo também, que não foram instaladas, ainda, as campainhas nos gabinetes dos Srs. Deputados.

Na sequência, declinam de seus pedi-

dos.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Solicito à Presidência a suspensão da sessão por alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa atende e suspende a sessão por alguns instantes.

Reaberta a sessão, é aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 81/86.

Curitiba, 23 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 24, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, a inclusa proposta de Emenda Constitucional, que objetiva acrescentar o art. 160, com dois parágrafos, à Carta Estadual.

O dispositivo constitucional e os parágrafos a serem acrescentados visam atribuir Poderes Constituintes aos Senhores Deputados Estaduais a serem eleitos para a próxima legislatura, de 1987 a 1990, cuja incumbência essencial será a de adaptar a Constituição Estadual aos preceitos promulgados pela Assembléia Nacional Constituinte que, em igual período, elaborará a nova Constituição da República, por força da convocação feita pela Emenda Constitucional 26, de 27 de novembro de 1985.

Certo de que a proposição submetida à alta apreciação desse egrégio Poder Legislativo merecerá acolhimento e conseqüente promulgação, reitero a Vossa Excelência e ilustres Pares, meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo Único. Fica acrescido à Constituição do Estado do Paraná o art. 160, com dois parágrafos, no seguinte teor: "Art. 160. Os Deputados Estaduais eleitos para a legislatura a iniciar-se em 1987, sem prejuízos de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão em Assembléia Constituinte Na-

cional, imediatamente após a promulgação da Constituição Federal pela Assembleia Nacional Constituinte.

§ 1.º - Iniciados os trabalhos da legislatura, será constituída Comissão Especial de quinze membros, com representação proporcional dos Partidos Políticos, para redigir e encaminhar ao Plenário o projeto, segundo regimento por ela própria elaborado.

§ 2.º - A Constituição do Estado do Paraná será promulgada depois de aprovado o seu texto em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 83/86.

Curitiba, 23 de junho de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de maio de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, objetivando a prestação de assistência técnica para estabelecer plano de cooperação no sentido de desenvolver programas e projetos da SEIC na área de abrangência do Núcleo Regional de Pato Branco.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 84/86.

Curitiba, 23 de junho de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25 de abril de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial, objetivando cooperação técnica-financeira para a manutenção do projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 85/86.

Curitiba, 23 de junho de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Cooperação Técnica celebrado em 23 de dezembro de 1985, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Estado da Indústria e Comércio e da Agricultura, o Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional de Cooperativismo e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, objetivando a execução de um programa de desenvolvimento da cultura paranaense baseada na organização cooperativista.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.
À Diretoria Legislativa.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO
N. 91/86

O parágrafo único do Art. 74 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é reduzido:

- a) a trinta (30) anos para as mulheres e para os jornalistas profissionais, com vencimentos integrais;
- b) a trinta (30) anos, para o professor, e a vinte e cinco (25) anos para a professora, que neste tempo tenham exercido efetivamente funções próprias do magistério.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA
APOIAMENTO: SABINO CAMPOS
ERVIN BONKOSKI
GÉRNOTE KIRINUS
NELSON BUFFARA

AIRTON CORDEIRO
 EZEQUIAS LOSSO
 ADHAIL SPRENGER PASSOS
 EDGARD PIMENTEL
 NESTOR BAPTISTA
 TÉRCIO ALBUQUERQUE
 IRONDI PUGLIESI
 JOSÉ ANTÔNIO FONSECA
 PAULO FURIATTI
 TUGUIO SETOGUTTE
 RUBENS BUENO
 DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
 JORGE MAIA FILHO
 ANIBAL KHURY
 IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

O jornalista que trabalha como funcionário público no Estado do Paraná é, hoje, em alguns aspectos, um profissional de segunda classe. A ele são sonogados alguns dos mais importantes direitos conquistados pela categoria. É a aposentadoria aos 30 anos de serviço, conquista antiga já consagrada, inclusive, em lei federal (n. 3259, de 13 de janeiro de 1959), para o restante da classe, mas ainda não vigorando para os jornalistas profissionais que trabalham em órgãos do Governo Estadual.

Trata-se, portanto, de um ajuste legal que atende à legítima reivindicação da categoria, expressada através de sua entidade sindical inúmeras vezes. A aprovação desta proposição não representa um privilégio, mas um ato de justiça, pois os jornalistas profissionais já têm este direito garantido por lei federal, e, o Estado do Paraná apenas se atualizará ao estendê-lo aos seus funcionários que são jornalistas.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, ouvido o Plenário da Casa, Regime de Urgência e inclusão na próxima Ordem do Dia, para os Projetos de Resolução n. 26 a 40/86, referentes a convênios diversos, firmados pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) NESTOR BAPTISTA
 Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 28/86, que conceitua a profissão de jornalista no Serviço Público Estadual, e dispõe sobre sua aposentadoria.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 126/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões em 24/06/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 132/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, retificação no termo do Projeto de Lei n. 123/86, de 27 de maio de 1986, onde se lê: item 6 do Decreto n. 790, de 14 de novembro de 1951, leia-se: item 6 da Lei n. 790.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n. 123/86, de 27 de maio p.p., consta erroneamente. Retifica em parte o Decreto n. 790, de 14 de novembro de 1951, quando deveria constar Lei n. 790.

(O Projeto de Lei n. 123/86, encontra-se publicado no D.A. n. 52, de 29/05/86).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. CAROLINA SILVA PORTUGAL, ocorrido no dia 11 de junho do corrente, na cidade de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de Lolari P. Caneparo, residente à Rua 7 de Setembro, 1494.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo desa-

parecimento do Sr. GREGÓRIO CAMILOTTI, aos 95 anos de idade, ocorrido no último dia 17, na cidade de Francisco Beltrão.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24/06/86.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao longo de sua existência, as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por uma característica pessoal de bom relacionamento com sua comunidade.

A vida do Sr. Gregório Camilotti, foi uma mescla de grandes atos e de grande participação na sociedade, tendo marcado sua atuação na região como empresário e pecuarista, além de outras realizações de benemerência na região.

O extinto deixou 11 filhos, 66 netos, 99 bisnetos e 2 tataranetos.

O passamento do Sr. Gregório Camilotti deixou um vazio difícil de se preencher em Francisco Beltrão e toda a região sudoeste do Paraná, não somente entre seus familiares, como toda a comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas que lhe concede o Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido dia 13 próximo passado, nesta Capital, do Senhor LUIS LEOPOLDO MERCER, tendo sido seu corpo translado para a cidade de Tibagi, onde foi sepultado.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICA

Em anexo.

LUIS LEOPOLDO MERCER - Lulu, sétimo filho do casal Edmundo Alberto e Laurentina Bittencourt Mercer, nasceu em Tibagi, a 4 de abril de 1912, foi registrado no Cartório do Registro Civil da Comarca de Tibagi - Paraná - sob n. 1068 - às fls. 8 do livro próprio n. 10, feito pelo Escrivão José Martins Pinto, servindo de testemunhas João Antônio Desidério e Orlando Pinto. Foi batizado na Igreja Nossa Senhora dos Remédios de Tibagi, a 24/4/1912, pelo padre Alexandre Grigole, servindo de padrinhos José Luiz Guimarães e Emma Martins

Guimarães. A família mudou-se para Ponta Grossa e quando voltaram para Tibagi, Lulu tinha dois anos e foi morar com seus padrinhos que praticamente o criaram. Foi crismado pelo Reverendíssimo Bispo D. João Braga servindo de padrinho o seu tio Leopoldo Leonel de Sá Mercer. Fez o curso primário no Grupo Escolar Telêmaco Borba em Tibagi até o ano de 1924, aos doze anos foi para Curitiba com seus pais completando o terceiro ano primário. Em Curitiba no ano de 1925 concluiu o 4.º ano primário com a professora "Prudência Vellozo" no Grupo Anexo à Escola Normal, em seguida, com a professora Iracema Espírito Santo em sua casa para depois entrar na Escola da professora Eleonidia Pichete que preparava alunos para exame de Admissão, o qual prestou exame em 1926 sendo em seguida matriculado. Em 1928 - dia 7 de maio de 1928 - matriculado na Escola de soldados desta Escola de Instrução Militar 146, tendo recebido o n. 63 a, foi elogiado pelo Esce-lentíssimo Senhor General Comandante da Região, pelo seu entusiasmo, disciplina e ardor cívico com que se apresentou na parada de Comemoração de Aniversário da Emancipação Política do Paraná. A 13 de dezembro foi excluído desta EIM "Escola de Instrução Militar" 146, por ter sido declarado reservista de 2.ª categoria. Em abril de 1929 prestou juramento à Bandeira, sendo entregue nessa ocasião a Cader-neta de Reservista - No dia 9 de Outubro de 1939 apresentou-se como Voluntário, na cidade de Curitiba, estado do Paraná - foi incluído na quarta Companhia, embarcou no dia 13 do mesmo mês para Paranaguá, voltando para Curitiba por motivo de saúde - Retornando logo após para São Paulo. de onde foi para Santos - São Paulo e incorporou-se no Batalhão João Pessoa. Regressou a Curitiba após o término da Revolução (em 24/10/1930).

Voltou para Tibagi, residir com sua madrinha já viúva. Com seu pai trabalhou, algum tempo, no serviço de topografia. Em 8 de janeiro de 1937, tirou carteira para garimpar no Rio Tibagi. Até 1940 foi garimpeiro. Em 2/1/1939, foi admitido no serviço público Municipal de Tibagi, exerceu ali os cargos de Almoхарife, Agente de Estatística e Secretário da Prefeitura. Nesta última condição, exerceu por várias vezes, por breves períodos, o cargo de Prefeito Municipal Substituto; na qualidade de 1.º Suplente exerceu por mais de um ano, o cargo de Delegado Regional de Polícia da 12.ª Região Policial em Tibagi.

A 27 de julho de 1940 casou-se em Tibagi, com MARIA DA CONCEIÇÃO LAGOS MARTINS, natural de Tibagi. Com sua esposa e dois filhos viveu em Tibagi até o ano de 1943, quando transferiu residência para Sertãoópolis - Paraná. Ali exerceu na Mu-

nicipalidade os cargos de Agente Arrecadador, do então distrito de 1.º de Maio e, posteriormente o de Agente de Estatística do Município, na qualidade de 1.º Suplente. Exerceu, também o cargo de Delegado de Polícia por período superior a um ano. Foi nomeado Escrivão de Paz e anexos do distrito de Porecatu, então Município e Comarca de Sertãoópolis - Paraná, ali servindo desde a instalação do Distrito até a data em que foi exonerado a pedido e passou a morar em Londrina - Estado do Paraná, na Rua Belo Horizonte n. 833 (casa hoje inexistente), cidade onde nasceu mais um casal de filhos. Em Londrina exerceu os cargos de: Escrevente da Escrivania do Cível e Comércio, Órfãos, Menores, Ausentes, Interditos, daquela comarca; o de Oficial Maior do 3.º Tabelião de Notas e Protestos de Títulos. Criado o cargo de Diretor da Secretaria da Câmara Municipal, foi o seu primeiro titular exercendo-o de 10/4/1948 a 31/1/1950 quando se exonerou a pedido.

Em 1953 dia 3 de março, foi exonerado a pedido, do cargo de Oficial Maior do 3.º Tabelião de Notas e Ofício do Protesto de Títulos. No mesmo ano mudou-se para Curitiba, onde instalou o 8.º Tabelionato na qualidade de seu primeiro Oficial Maior, passando no ano de 1955, a trabalhar no quadro de funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, como servidor até a sua aposentadoria a pedido, verificada em 14 de março de 1967, quando contava 32 anos de serviço público.

Na Faculdade de Curitiba, fez o curso de Legislação Social e do Trabalho do Paraná. Em 1956, recebeu o diploma de Técnico em Direito Social, recebendo também um diploma de Honra ao Mérito.

Recebeu também o Certificado de Frequência no Curso de Extensão Cultural de Direito Processual Civil, ministrado pelo Professor Doutor Eduardo J. Conture, da Facultad de Derecho Y Ciencias Sociales de Montevideo, República Oriental do Uruguai, de 16 a 21 de abril de 1956.

Aposentado do Serviço Público começou fazer pesquisas para escrever a Genealogia da sua família. Entrementes escreveu a "História de Tibagi" (1.ª Edição em 4/4/1977) "Edmundo Alberto Mercer - Toca Mercer - Um Livro Só Para Nós" - em homenagem ao seu primeiro centenário. Por proposição do General Luiz Carlos Pereira Tourinho - Presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná e seus consorciados, Doutor Divonsir Borba Cortes e Doutor Edvino Tempiski, foi aprovada em sessão da Diretoria a proposta de inclusão do seu nome como Sócio Efetivo do Instituto, em 8/2/1979 - Em 25/5/1979 recebeu o título de Sócio Efetivo daquele instituto em solenidade que participaram todos os confrades e familiares. Já no

instituto participou de um livro "Historiadores do Paraná" (no qual participaram ao todo 32 historiadores) escrevendo "Última Aventura no Garimpo", a sua própria história quando garimpeiro.

Não pode terminar o livro da Genealogia por ter perdido a visão, mas já tinha feito todos os rascunhos das pesquisas (feitas) que passaram para o livro.

Em Sertãoópolis a 29/10/1978 recebeu uma grande homenagem na Loja Maçônica Rui Barbosa na qual ganhou uma "Medalha do Mérito Rui Barbosa" e o Título de Grande Benemérito da cidade de Sertãoópolis.

Em Tibagi recebeu também uma grande homenagem a 19/10/1979 na qual entregaram uma placa de Prata com os dizeres:

LUIZ LEOPOLDO MERCER

- Lulu -

Cidadão Benemérito de

sua Terra Natal

Homenagem da Câmara e

Prefeitura Municipal de Tibagi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, regimentalmente, que após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento prematuro do homem empresário JOSÉ TADEU NUNES, fato que ocasionou uma perda irreparável para a sociedade mourãoense.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário a consignação em ata, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora MARIA RAMOS, ocorrido dia 1.º de junho de 1986. A extinta residia na cidade de Assis Chateaubriand. Solicitamos ainda, seja dado ciência à Câmara Municipal e aos familiares.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Maria Ramos, de família tradicional do Município de Assis Chateaubriand, pessoa muito estimada pela sociedade e pioneira na região. A extinta era sogra do Senhor André Ferreira Alves, Presidente da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Volante de Assis Chateaubriand (COOTRABRIAND). Deixou a extinta, esposo, filhos e netos enlutados, bem como toda a sociedade Chateaubriandense.

E nós, amigos que somos de todos os

familiares, não poderíamos deixar de prestar o nosso voto de profundo pesar, à família enlutada que muito contribui para o desenvolvimento da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, - mui digno Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de estudar viabilidades em construir um posto de Saúde, no povoado São João, no Município e Comarca de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A construção de um posto de saúde, no povoado de São João, se faz necessário, tendo em vista as dificuldades dos moradores daquela localidade, no deslocamento para a sede do município em busca de uma consulta médica ou de medicamento, pois a distância que separa o povoado da sede do município acarreta custos elevados e perda de tempo.

Ubiratã alcançou elevado nível de desenvolvimento em tempo quase recorde, atingindo nível populacional considerado, de imigrantes vindo das mais diversas regiões do Estado e do Brasil.

O povoado conta também, com emigrantes japoneses, que lá residem, há mais de 25 anos, os quais são considerados, verdadeiros pioneiros.

Notadamente, a instalação de um posto de saúde no povoado, irá beneficiar mais de 400 (quatrocentas) famílias, que ali residem e mais três comunidades que irão beneficiar-se; São João, Santa Maria, Cristo Rei e Porto Primavera que irão ter melhor acesso e que são merecedoras de tal benefício, pelo muito que fizeram para o município, Estado e a União.

E nós parlamentares, não podemos ficar omissos, nas reivindicações da população interiorana, em especial dos soldados anônimos, que são o sustentáculo da Nação.

Precisamos levar até eles, o saneamento básico, para demonstrar que a luta deles é também a nossa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente a Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Mui Digna Secretária de Estado da Educação, no sentido de estudar viabilidades em criar extensão da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão para a

cidade de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A criação da extensão da Faculdade de Ciências e Letras na cidade de Ubiratã, muito irá proporcionar aos estudantes, que após concluírem o 2.º grau, ficam sem opção para prosseguirem com seus estudos.

O deslocamento para Campo Mourão, é muito dispendioso financeiramente e desgastante fisicamente, levando-se em consideração a distância que separa uma cidade da outra. Os estudantes do interior, principalmente os filhos de agricultores e de "bóias-frias", que residem na zona rural, para conseguirem o 2.º grau, é necessário um esforço de todos os familiares em torno do estudante, e em conjunto reduzir as poucas regalias, a começar pela própria alimentação que já é precária.

As dificuldades que o estudante do interior enfrenta quando estuda em sua própria cidade, já exige muita força de vontade de si e de seus familiares, porém quando estuda em outra cidade, torna-se ainda muito mais difícil, tanto financeiramente como também fisicamente. A criação da extensão da Faculdade de Ciências e Letras em Ubiratã, virá amenizar as dificuldades inúmeras para o estudante e seus familiares, propiciando ao homem do interior e em especial, ao homem do campo, o preparo cultural necessário para enfrentar o mundo de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Airton Reis, MD. Secretário de Estado do Interior, solicitando, através da SUREHMA, perfuração de mini-poços no Distrito do Rio da Várzea e Clube 10 de Outubro, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os referidos poços beneficiarão a comunidade do Distrito do Rio da Várzea, que necessita de água potável para consumo, e também os associados do Clube 10 de Outubro de Campo Mourão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Airton Reis, MD. Secretário de Es-

tado do Interior, solicitando, através da SUREHMA, revisão no mini-poço perfurado no Distrito de Alto Alegre, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUTIFICATIVA:

Embora o trabalho de perfuração tenha sido feito, é necessário, para o andamento das obras de distribuição e canalização da água, uma revisão do mini-poço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária do Estado da Educação, envio de luminárias para a quadra esportiva existente na Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari, Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Goioerê.

De acordo com a Lei n. 5.692, que prevê a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física no âmbito do 1.º e do 2.º graus, a Escola Maria Antonieta Scarpari vem enfrentando, nos dias de hoje, sérias dificuldades para o cumprimento da legislação. Ocorre que a quadra existente no referido estabelecimento de ensino não possui iluminação adequada, ou seja: precisaria de 12 (doze) luminárias, mas só tem 4 (quatro) em funcionamento.

Tal realidade, afirma o Ilustríssimo Senhor Osvaldo Nassuo Nakano, que é o Diretor, ocasiona inúmeros problemas, uma vez que inviabiliza a correta prática da Educação Física, cabendo ressaltar que trata-se de um problema muito antigo.

Pelas razões apresentadas, que esta FUNDEPAR e Secretaria da Educação, determinem o imediato atendimento da presente solicitação, destinando 8 (oito) novas luminárias.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido do aumento da cota de medicamentos para a Municipalidade de Iretama.

Atualmente verifica-se um crescimento muito grande no número de pessoas que pro-

curam os postos de saúde existentes no Município de Iretama. Entretanto, grande parte delas não consegue adquirir os medicamentos que necessitam. Tal situação vem ocorrendo devido a cota que é insuficiente, conforme informações prestadas pelo Ilustríssimo Senhor Joel Fernandes de Freitas.

Neste sentido, objetivando colocar fim aos problemas existentes no setor, que essa Pasta, efetivamente, num menor prazo e tempo possível, determine o aumento da cota de medicamentos para Iretama.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de correspondência dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, recursos para implantar novas instalações elétricas na Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo, Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Fênix.

Edificado há muitos anos, as instalações onde funcionam a Escola Vila Rica do Espírito Santo, apresentam, entre outros problemas, péssimas condições na parte elétrica que é mesma desde quando começou a funcionar o referido educandário. Tal realidade tem acarretado intranquilidade junto a seus frequentadores, uma vez que existe a possibilidade de curto-circuito causando, naturalmente, incalculáveis prejuízos.

Conforme pedido formalizado pelo Ilustríssimo Senhor José Carlos C. Souto, Diretor do citado estabelecimento, que essa Fundação, juntamente com essa Pasta, determinem a liberação dos recursos financeiros que forem necessários, a fim de resolver a presente questão.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de ofício a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de um congelador para a Escola Estadual Arthur Ramos, Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A presente reivindicação baseia-se na

proposta apresentada pela jovem estudante do tradicional estabelecimento de ensino de Engenheiro Beltrão, Ivandra Carla Tavares da Cunha. Segundo ela, com a aquisição de um congelador será possível conservar adequadamente, e por maior período de tempo, os ingredientes empregados na confecção de alimentos: a merenda escolar.

Seguramente, trata-se de uma postulação perfeitamente justa, e que por certo merecerá o esperado respaldo no sentido de sua concretização.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Ilustríssimo senhor Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, COHAPAR, solicitando a construção de núcleos residenciais populares no Jardim Carvalho, Vila Vilela e Vila Liane, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

No Jardim Carvalho, Vila Vilela e Vila Liane, em Ponta Grossa, encontram-se instaladas várias indústrias madeireiras, que empregam um grande contingente de operários de baixa renda, que moram em outros bairros, distantes do local de trabalho, acarretando assim, maiores gastos com transportes, em detrimento da cesta básica alimentar de suas famílias, obrigando-os ainda a morar em habitações precárias, pela falta de oferta de residências em boas condições de segurança e salubridade, perto de seus empregos e com aluguel acessível às suas faixas salariais.

Assim sendo, faz-se necessário a urgente construção de núcleos residenciais populares nos citados bairros, a fim de solucionar este grave problema, oferecendo a estes operários e suas famílias, condições dignas de vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, DD. Presidente da República, solicitando providências, no sentido de que seja evitada a construção da "Estrada do Colono", que vai ameaçar o Parque Nacional do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A "Estrada do Colono" ameaça a preservação de uma das mais importantes reservas florestais do País, conforme denúncia pública na coluna do jornalista Nilson Monteiro, do Jornal Folha de Londrina - PR, do dia 13 de junho pág. 15, numa iniciativa da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cambé, conforme reportagem em anexo.

WILSON MONTEIRO

ESCREVA PRA ELE

O Parque Nacional do Iguaçu continua ameaçado. O governo estadual ensaia algumas explicações, inventa soluções "menos predatórias", mas deter ou acabar com a "Estrada do Colono" de vez, nécas. E esta (endosso o Conselho Estadual de Educação) é a única solução.

E a ameaça continua, apesar de, há algum tempo, a estrada ter sido denunciada por entidades preocupadas com a vida. A APMA - Associação de Proteção ao Meio Ambiente - de Cambé, por exemplo, desde o ano passado tem mobilizado a opinião pública contra o que qualifica de "atentado à natureza". José Júlio Azevedo, presidente da APMA e secretário de Cultura de Cambé, frisa que um documento distribuído por esta entidade lembrava, já em 85: "Pra ganhar pouco mais de 100 quilômetros, os tecnocratas querem construir uma estrada asfaltada, violando um dos poucos santuários ecológicos que restam no Paraná. Cortar esta floresta poderá significar o começo da devastação de um dos mais belos parques do País - e oficializado pela Unesco/Nações Unidas como Patrimônio Natural da Humanidade".

Azevedo reforça: "A lei é clara. Obscuros são os motivos que levam os homens a praticarem atentados contra a natureza. Obscuros e absurdos. É preciso lembrar que a mesma população de Capanema, que é uma das pontas da estrada, já teve que sair às ruas para protestar contra uma usina projetada pela Eletrobrás, que inundaria milhares de terras férteis - inclusive matas do Parque Nacional do Iguaçu. E ganhou a batalha".

Assim como o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Estadual de Educação, além da ADEA e de outras entidades de defesa do meio ambiente que estão engajadas contra a construção da estrada, a APMA insiste que as autoridades estaduais deveriam observar a lei: "Trata-se de uma área inviolável, de preservação permanente. Segundo a legislação que protege, parques e reservas ecológicas, todo e qualquer projeto que ameace sua integridade é crime contra a Segurança Nacional. Trata-se de patrimônio público essencial e símbolo da pátria". Contudo, os responsáveis pela entidade não se iludem: "Neste Brasil sem

muita ética, muitos homens pensam que podem utilizar-se de cargos e instituições governamentais para fazer o que querem, autoritariamente e à revelia das leis. O Paraná perdeu, com a cumplicidade de nossas autoridades, as Sete Quedas. Perdemos também o Parque, cujas matas protegem as cataratas do Iguaçu?"

A APMA indica uma atitude a ser tomada por todos que são contra a pavimentação da estrada no meio do Parque Nacional do Iguaçu: escrever para o Presidente da República e para o Ministério dos Transportes. E dá os endereços: Presidência da República: Palácio do Planalto - 70150 - Brasília - DF. Ministério dos Transportes: Esplanada dos Ministérios, Bloco 9, 8.º andar, sala 800 - 70062 - Brasília - DF.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder, do Artigo "A Igreja e a Reforma Agrária", de autoria do Teófilo Bacha Filho, publicado no Jornal "Correio de Notícias, do dia 20 de junho de 1986.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Pela clareza e justiça com que o autor discorreu sobre assunto tão importante e controvertido, como a Reforma Agrária, vê-se quão necessária é inclusive para o desenvolvimento do País.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 144/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Altera o nome do distrito de Nova Esperança, localizado no Município de Enéas Marques, para NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE, e dá outras providências.

Art. 1.º - Fica alterado o nome do Distrito de Nova Esperança, localizado no Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, para NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE.

Art. 2.º - Para os fins previstos no artigo anterior, foi considerada a Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, que em seu Artigo 3.º, item I, veda a repetição de nomes de cidades e vilas brasileiras.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 3.º, item I, da Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, veda a repetição de nomes de cidades e vilas brasileiras.

Por NOVA ESPERANÇA são denominadas duas (02) localidades no Estado do Paraná, e que são a saber:

1) a sede do Município de Nova Esperança, localizada no Norte do Paraná;

2) o distrito de Nova Esperança, localizado no Município de Enéas Marques, no Sudoeste do Estado do Paraná.

Por terem o mesmo nome, em que pese ser uma das localidades a sede do Município do mesmo nome, e a outra um Distrito que se localiza no Município de Enéas Marques, os equívocos são frequentes, principalmente por usuários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, além de outros equívocos que provocam transtornos aos habitantes das duas localidades.

Acompanhado das petições que nos fazem autoridades municipais de Enéas Marques, este Projeto de Lei visa pedir aos Nobres Pares para que aprovem a mudança que dará uma característica nominativa diferencial às localidades citadas, continuando a denominação de NOVA ESPERANÇA para a sede do Município do mesmo nome, enquanto que o Distrito de Nova Esperança localizado no Município de Enéas Marques, passará a ser denominado de NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE.

PROJETO DE LEI N. 145/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Os chefes de Distritos Sanitários e dos Centros de Saúde da rede estadual, serão escolhidos por autoridade competente dentre os integrantes de lista tríplice, a ser composta através do voto de todos os servidores;

Art. 2.º - A lista tríplice será composta através do voto de todos os servidores da área de abrangência da respectiva unidade;

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A democratização da sociedade paranaense implica numa crescente participação do povo nas decisões. A nível institucional, registra-se nos últimos três anos uma série de avanços, como a maior liberdade de opinião dos servidores que não correm mais risco de punição por desempenharem ativamente papel reivindicatório nas justas e legítimas lutas, por melhores condições salariais e de trabalho.

Contudo, há que se providenciar instrumentos legais que consolidem conquistas e abram caminhos para sua ampliação e aprofundamento.

A rede escolar do Governo do Estado já adota a sistemática de eleição direta por professores, alunos e pais dos diretores das suas unidades de ensino, o que sepultou a antiga prática de nomeações clientelísticas.

No caso da rede de unidades de saúde, há características que inviabilizam pensar-se, no momento, em participação da comunidade na escolha das chefias mencionadas. Acredito que o aperfeiçoamento do processo, por um lado, e da organização da comunidade, por outro, acabarão por impor, no tempo certo, também seu envolvimento.

Por último, não há que se argumentar em contrário a esta medida, com a justificativa de tratarem-se de cargos de confiança, pois estará preservada a prerrogativa de escolha pela autoridade competente, na medida em que se trata de eleição de lista tripartite. Isto sem querermos entrar no polêmico campo de análise que coloca a questão de confiança para quem? Será que não deveria ser do usuário dos serviços de saúde, ou seja, da comunidade?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está aberta a sessão.

É lida a ata. Em discussão. Em votação. Aprovada.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - (Pela Ordem) Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal dos Senhores Deputados, informando que ainda não foram instaladas as campanhas nos gabinetes dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal.

O Sr. 1.º Secretário procede à chamada).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Retiro a chamada nominal.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, como estamos na última semana de junho, e para entrar em recesso, temos projetos importantíssimos para tratar. Eu queria pedir a Vossa Excelência que suspendesse a sessão por quinze minutos, para que as Lideranças entrassem

em acordo, e dessem prosseguimento à sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência atende o requerimento do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, e suspende a sessão por quinze minutos).

(Suspende-se a sessão)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está reaberta a sessão.

Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a APROVADA.

O Sr. 1.º Secretário lerá os expedientes que se encontram sobre a mesa, (São lidos os expedientes).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Sr. 1.º Secretário lerá os expedientes que se encontram sobre a mesa. (São lidos os expedientes).

Não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno, nem para o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal. (Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Comunista Brasileiro. Concedo a palavra ao Líder do PCB.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, somente para registrar e solicitar dos Srs. Deputados, a necessária aprovação de dois requerimento e de um projeto de lei que necessita de apoio e que nesta manhã demos a entrada.

Os requerimentos relativos, primeiro, a um posicionamento da Assembléia, referente à construção da chamada Estrada do Colono, polêmica hoje existente no Estado, envolvendo setores importantes da nossa realidade.

O segundo, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo do Professor Teóphilo Bacha Filho, publicado no Jornal "Correio de Notícias" da última sexta-feira que, com muita propriedade, na nossa opinião, retrata a situação existente no relacionamento da igreja com a reforma agrária. Apontando os interesses que existem, lamentavelmente, por traz da tentativa de incompatibilizar os setores da igreja brasileira que vem assumindo, na prática, e sem dar fundamento às acusações de subversão ou provocações com que, aliás, os comunistas sempre foram acusados no passado, e que hoje, por falta deste "bode espiatório" tentam encontrar neste segmento da igreja o responsável pela crise social que de fato existe na nossa realidade e que precisa ter as soluções.

creio que as recentes desapropriações que ainda ontem foram anunciadas nos Estados de São Paulo, Pará e alguns outros Estados, seja em breve também, a realidade do Paraná, onde há cerca de seis mil e quatrocentas famílias em acampamentos criando e gerando uma situação social que a todos preocupam.

Com relação ao projeto de lei, diz respeito à participação dos servidores na área da saúde e bem-estar, na escolha dos chefes de distritos sanitários e dos chefes dos centros de saúde da rede estadual. É também, uma questão polêmica e que depois de vários encontros discutindo esse tipo de problema, tanto nos simpósios paranaenses de política de saúde, como na recente Oitava Conferência Nacional de Saúde e que, embora polêmica, nós decidimos dar o necessário encaminhamento aqui nos trabalhos das Comissões da Assembleia, com vistas justamente a se tentar encontrar a solução técnica e política condizente com a nossa realidade paranaense.

Portanto, da parte do horário de expediente do Partido Comunista Brasileiro, eram essas as razões da nossa justificativa, de aproveitar este horário.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu tempo. (Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista. Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para trazer ao conhecimento desta Casa a mensagem que o Presidente da República mandou ao Congresso Nacional e que será votada no mês de agosto, que tem o lado bom, mas também o lado perigoso, é quando o Governo fala em reformular a "Lei Fleury". Uma reformulação pretendida e desejada por quase todos os segmentos da sociedade brasileira.

Mas no artigo 8.º, no finalzinho da Mensagem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo anistia mais de cinquenta mil criminosos do trânsito no Brasil, estabelecendo que será anistiado aquele que foi condenado até quatro anos de reclusão por ter causado um acidente de trânsito. E mais também, o que é grave, sério, pesado e inaceitável na Mensagem do Presidente: serão anistiados todos aqueles que fraudaram a Previdência Social.

Por isso, Senhor Presidente, nós entendemos que esta Casa de Leis não pode aceitar, deve fazer um movimento prevenindo e alertando os nossos dignos representantes em Brasília, na Câmara e no Senado,

do perigo que representa esse artigo 8.º da Mensagem do Presidente da República. Nós não podemos aceitar que aquele que, dirigindo um automóvel, embriagado, causou um acidente de trânsito com vítima, causou um acidente fatal. São mais de cinquenta mil brasileiros irresponsáveis que causaram acidentes fatais, e mais ainda: nós não concordamos com a anistia para aqueles que roubaram e fraudaram a Previdência Social.

Oportunamente, Senhor Presidente, nós vamos submeter à apreciação da Casa um requerimento a ser dirigido a todos os Deputados Federais e Senadores que representam o Paraná no Congresso Nacional, pedindo que o artigo 8.º da Mensagem do Presidente da República seja modificada pelo Congresso.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina). Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, pela Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que por um breve espaço de tempo, ocupamos a tribuna nesta manhã de hoje, para nos somarmos a todos aqueles que, na manhã e durante todo o dia de ontem e de hoje, porque não dizer, vêm também se solidarizando ao nosso Governador João Elísio Ferraz de Campos pela brilhante idéia, pela brilhante iniciativa que teve de, em comparecendo na manhã de ontem a este Poder Legislativo, quando recepcionado foi por diversos Parlamentares de todas as bancadas que têm assento nesta Casa, trouxe ele, na sua visita, a Mensagem n. 81/86, que tem para este Poder uma grande importância, haja visto que a partir do ano de 1987, quando nós aqui retornamos, e tenho certeza de que a maioria de nós estaremos de volta no ano de 1987, poderemos também nos vermos investidos na condição de constituintes estaduais.

E essa Mensagem nos tocou muito de perto porque em nossas andanças no Interior do Paraná temos sempre pregado como filosofia essa idéia de que os Deputados Estaduais que vierem a ser eleitos em novembro de 1986, também estarão investidos na condição de um constituinte porque em função daquilo que for modificado, daquilo que for alterado, daquilo que for proposto em termos de Constituição Federal, e sabendo de que estamos vivendo num País onde a Federação é o modelo político que defendemos, teremos nós também que adaptar, fazer as mudanças em nossa Constituição Estadual em decorrência, é lógico, das mudanças que os nossos Deputados e Senadores

Constituintes houverem por bem implantar a nível de Constituição Federal, ou até mesmo, e com toda a certeza, na nova Constituição que veremos escrita.

Portanto, foi de uma prudência muito grande, foi de uma oportunidade muito maior a iniciativa, diga-se de passagem, pioneira, única até então no País, do nosso eminente Governador João Elísio Ferraz de Campos, ao enviar esta Mensagem, para que todos nós Deputados Estaduais eleitos em 1987, sejamos também um constituinte e que por esta razão possamos também escrever os destinos jurídicos e os destinos legais do Estado do Paraná.

Aproveitamos ainda a nossa estada na tribuna no dia de hoje para, mais uma vez, chamar a atenção dos Parlamentares que aqui se encontram, no sentido de que não venhamos a nos esquecer dos problemas por que ainda passa a agropecuária paranaense. Concedo aparte ao Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel- Nobre Deputado, eu gostaria de aproveitar essa abordagem que Vossa Excelência faz neste instante, para registrar a ocorrência na quinta-feira, da presença de políticos do Paraná e Mato Grosso do Sul, em Brasília, com o Senhor Presidente da República, quando a nossa representação política capitaniada pelo Senador Álvaro Dias, pelo Senador Afonso Alves de Camargo Neto, e pelo nosso Líder da Bancada da Assembléia Legislativa, Nestor Baptista, estiveram na presença de empresários, a fim de levar ao Senhor Presidente da República, essa pretensão que nasceu aqui no Paraná e que tem como propósito, dotar todo esse Cone Sul do País e quem sabe, posteriormente até a amplitude de Continente Sul Americano, a Ferrovia da Produção.

Registra-se que foi uma iniciativa paranaense, nesse sentido, essa Ferrovia de mais de 1.000 Kms que a princípio pretende ligar o Porto de Paranaguá, aqui no nosso Estado, com Dourados, lá no Extremo Sul do Mato Grosso do Sul, tem um propósito muito grande, Deputado Orlando Pessuti que realmente justifica e objetiva baratear os custos de transportes. Nós sabemos dos riscos da monocultura. Ainda o ano passado eu levantava uma questão sobre o risco do ciclo da soja. Se outras fronteiras agrícolas forem abertas nos países circunvizinhos, as fronteiras do Centro-Oeste e de outros Estados, se eventualmente o custo cair no mercado internacional, isto poderá levar a um desestímulo o agricultor paranaense.

Ora, veja bem Vossa Excelência, o prejuízo que adviria dessa medida, já que de 1970 para cá, o aporte de capital particular e de capital público para dotar o nos-

Curitiba, terça, em 24.06.86

so Estado dessa infra-estrutura significativa que tem o Paraná de rodovias e ferrovias e de expansão do Porto de Paranaguá, as usinas de processamento de soja, os grandes armazéns, os grandes silos, nós teríamos toda essa infra-estrutura ociosa acarretando males realmente inimagináveis à sociedade paranaense.

Quando se pensou em plantar soja no Paraná, não se pensou absolutamente em consultar a quem quer que seja. Deu-se início à plantação dessa cultura que quase se caracteriza como uma monocultura no Estado, responsável pela parcela mais significativa do Imposto de Circulação de Mercadorias que compõe a riqueza agrícola do nosso Estado, e que traria, na eventualidade de uma interrupção, um prejuízo muito grande. Nós temos vivido aqui na Assembléia Legislativa, o problema do sem-terra, o problema do trabalhador rural sem possibilidade de exercer o seu trabalho, já que as máquinas do campo o afastaram da atividade agrícola.

Então, nesse exato momento eu queria registrar a importância dessa medida que nasceu no Estado do Paraná, encontrou ressonância nos demais Estados, que houve aceitação por parte de Países vizinhos no sentido de que tenhamos então, o início e a construção da Ferrovia da Produção.

Finalmente, fica aqui o registro para destacar quanto é importante, num Estado como o nosso, de economia essencialmente agrícola, que os empresários dos setores industrial e comercial e da prestação de serviços, participem também da elaboração da política agrícola no Estado e quiçá, no País.

A agricultura é muito importante no Estado do Paraná, para ficar entregue na sua própria elaboração ao setor específico. É preciso que, além do setor específico, os demais setores de produção da sociedade paranaense e brasileira participem, como participando estão, neste momento, desta pretensão de construir a Ferrovia da Produção.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte muito oportuno do Deputado Odeni Mongruel e continuo dizendo que nós da Bancada Estadual, principalmente agora em que se constitui ou se pretende constituir um bloco ruralista, nós temos que, realmente, nos empenhar no setor agro-pecuário deste Estado porque o Paraná, é sabido por todos nós, tem a sua riqueza fundamentada na agropecuária paranaense e esta, já serviu e serve de exemplo em muitos setores para nosso País, seja na cultura do leite, na suínocultura, na avicultura, na produção de trigo, na produção de café, e hoje, um dos maiores produtores de soja. Enfim,

em tantos e tantos setores da agropecuária o Paraná tem-se destacado com o primeiro na lista e, no entanto, quando nós dependemos de uma ajuda do Governo Federal, muitas vezes nem na lista entramos. Caso mais significativo do momento é que tendo o Paraná uma das maiores lavouras de algodão, sendo um dos maiores produtores de algodão do País, não só produtor, mas em termos de qualidade também, recebeu o Paraná uma ínfima quantia de recursos para combater o bico do algodão enquanto outros Estados não tão tradicionais na produção de algodão e não tão capazes em termos de produtividade e qualidade na produção de algodão, receberam fatias significativas como foi o caso do Nordeste e o caso de Goiás, mais especificamente.

E gostaria mais uma vez ainda, de chamar a atenção de todos os Deputados e, em especial, dos nossos colegas do Vale do Ivaí, no sentido de que continuemos a nossa peregrinação de reivindicações junto ao Governo do Estado e no Governo Federal, no sentido de vermos resolvido definitivamente o problema dos agricultores daquela nossa região. Porque, hoje ainda cerca de mil agricultores, pequenos e micro-agricultores do Vale do Ivaí, estão ainda impedidos de obterem financiamento de crédito rural porque os Bancos Privados não renegociaram, não renovaram as suas dívidas e por isto, eles não conseguem ter acesso ao crédito.

Esta reivindicação levamos ontem ao Governador João Elísio, que, hoje, estará levando ao Ministro Dilson Funaro, e ao Ministro da Agricultura, no sentido de que encontre uma alternativa de financiar estes pequenos agricultores para que não sejam eles, daqui a pouco, mais um sem-terra e tenhamos que investir muito mais para recolocá-los no meio rural.

Agradeço à Presidência, agradeço à Liderança pelo horário que nos concedeu e permitiu que aqui colocássemos alguns assuntos de interesse do Paraná e da agricultura paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Encerrado o Horário do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, devidamente apoiada, constante do expediente. Recebida - Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando a retificação no termo do Projeto de Lei n. 123/86, de 27 de maio de 1986. "Onde se lê item 6 do Decreto n. 790, de 14 de novembro de 1951", leia-se: Item 6, da Lei n. 790". Ao Departamento Legislativo, para anexar ao Projeto de Lei n. 123/86.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 132/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 126/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação para os Projetos de Lei ns. 132/86 e 126/86, acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 132/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 73/86), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7051, de 04.12.78, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE. (Estabelece critérios no sistema da concessão do prêmio de produtividade). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 61/86, de 12.06.86, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 132/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei é oriundo da Mensagem Governamental n. 73/86, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei n. 7051, de 04 de dezembro de 1978, que dispõe sobre a estrutura e organização de coordenação da Receita do Estado-CRE, órgão de regime especial subordinado à Secretaria de Estado das Finanças, ao qual competem os encargos relacionados com a coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e delegados.

Segundo a justificativa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o presente plano de lei, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, e, conseqüentemente, elevando-se os

níveis de arrecadação tributária do Estado.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com os Artigos 25 e 47 da nossa Carta Magna, a iniciativa de leis dessa natureza é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, estando, pois, legal e constitucional.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
17 de junho de 1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente
FUAD NACLI
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 126/86, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM N. 72/86, que autoriza o Poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação- BNH, empréstimos até o valor de CZ\$ 199.414.450,00 para atender as responsabilidades financeiras do ESTADO DO PARANÁ, na execução do Programa de Prioridades Sociais- PPS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 126/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.^o- Fica o Poder Executivo autorizado a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional da Habitação- BNH, empréstimos até o valor de CZ\$ 199.414.450,00 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e cinquenta cruzados), para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do Programa de Prioridades Sociais - PPS.

Art.2.^o- Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a garantir, dentro dos limites estabelecidos, os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação- BNH, a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e Municípios integrantes do Programa de Prioridades Sociais-PPS.

Art.3.^o- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de junho de 1986.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 126/86

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 72/86, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operaci-

Curitiba, terça, em 24.06.86

nais do Banco Nacional de Habitação- BNH, empréstimos até o valor de CZ\$ 199.414.450,00, para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do Programa de Prioridades Sociais- PPS, conforme especifica.

Tal projeto de lei consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, em razão de a destinação dos recursos a serem obtidos, visar o atendimento das necessidades vitais das populações de baixa renda, ou seja, buscar soluções aos problemas de alimentação, educação, saúde, infra-estrutura urbana e habitação, em áreas de maior concentração de pobreza que, no Paraná, podem ser definidas como aquelas dos Municípios cujas sedes são consideradas de médio porte.

A iniciativa se ajusta no elenco das competências do Poder Executivo, obedecendo o disposto no inciso XVI, do Artigo 47, da Constituição Estadual, combinado com o inciso VII, do Artigo 21, ainda da Carta Magna Estadual, que condiciona operações de tal natureza ao "Referendum" do Poder Legislativo.

Nessas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em
17 de junho de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 126/86

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 72/86, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação- BNH, empréstimos até o valor de CZ\$ 199.414.450,00, para atender as responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do Programa de Prioridades Sociais- PPS, conforme especifica.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro manifestamo-nos favoravelmente ao projeto, pois, o mesmo consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade em razão de a destinação dos recursos a serem obtidos visar o atendimento das necessidades vitais das populações de baixa renda.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
23 de junho de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI
Presidente e Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, confor-

me Avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 57/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel os lotes de terrenos ns. 1 a 22, da quadra, 6 e 1 a 12, da quadra 157-A, do Loteamento Curitiba, da sede do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 15/86, que aprova os Termos de Revigoração, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas que especifica. Aprovado. (Publicado no D.A. 06/86, de 04.03.86, Mensagem n. 04/86).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 16/86, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com as partes, datas e objetivos conforme especifica. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 06/86 de 04.03.86, Mensagem n. 05/86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 24/86, que aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1985. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 24/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

ARTIGO ÚNICO - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1985.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1986.

(aa) IVAN GUBERT

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre a escolha democrática dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, na forma que especifica, dá outras providências. com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 127/85, de autoria do Deputado Airton cor-deiro, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DANIEL BORGES DOS REIS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA:

Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUA-REZI, que cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade de mesmo nome e com as divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL, em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA., n. 50/85, de 03.06.85). COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI N.97/85

SÚMULA:

Cria o município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga e divisas do atual Distrito Administrativo.

Art.1.^o - Fica criado o município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga, com sede na localidade de mesmo nome e com as seguintes divisas:

Inicia-se na foz do Lageado do Braz, no Rio Muquillão; descendo no Rio Muquillão, até a foz no Rio Corumbataí, confronta-se o novo Município com os municípios de Roncador e Iretama; subindo o Rio Corumbataí, faz divisas com os municípios de Jardim Alegre, Ivaiporã e Manoel Ribas, até quando esse rio recebe as águas do Rio Jacutinga, a partir daí confronta-se com o município de Pitanga; continuando a subir pelo Rio Corumbataí, até o mesmo encontrar a foz do Rio Taguaruçu, quando segue pelo mesmo até a foz do Rio Chupador; segue por esse até sua cabeceira, daí por uma estrada lateralmente à rede de Itaipu, seguindo pela estrada que liga Rio Vorá a Alto Mirante e Alto Mirante a Bela Vista, onde se localiza a Cabeceira da Água do Lageado do Braz e, descendo até a sua foz encontramos o ponto de partida.

Art.2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.97/85

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade a criação do município de Nova Tebas, com território desmembrado do município de Pitanga e divisas do atual Distrito Administrativo.

Analisando o projeto temos que o mesmo atende as documentações exigidas pela Lei Complementar n.1/67, inexistindo óbice de

natureza regimental que possa impedir a sua tramitação nesta Casa.

Pela documentação enviada pela Câmara Municipal e Prefeitura de Pitanga, que concordam com a criação do novo Município, alguns pontos das divisas foram alterados, razão porque apresentamos as novas divisas no incluso Substitutivo Geral.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17/06/86.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
HERMAS BRANDÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.166/85, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, NILSO SQUAREZI e DJALMA CÉSAR, que torna obrigatória a remessa à Assembléia Legislativa dos processos de qualquer espécie de licitação da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou vinculadas, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A. 79/85, de 21/08/85.

COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.166/85

PARECER:

O Projeto de Lei n.166/85, de autoria de diversos Senhores Deputados, torna obrigatória a remessa à Assembléia Legislativa dos processos de qualquer espécie de licitação, e dá outras providências.

Sendo medida que tem por finalidade conforme justificativa anexa à proposição, aumentar a eficácia da fiscalização deste Poder Legislativo, e não havendo óbice legal que impeça sua aprovação, somos de opinião favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11/03/86.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
TRAJANO BASTOS - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.166/85

PARECER:

De autoria do Deputado Nilso Sguarezi e outros, que torna obrigatória a remessa, à Assembléia Legislativa, dos processos de qualquer espécie de licitação de Administração Direta e Indireta, Autárquica vinculadas e dá outras providências.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro manifestamo-nos favoravelmente ao projeto já que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Sala das Comissões, em 08/04/86.
(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;
HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N.166/85

PARECER:

De autoria dos Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Djalma de Almeida César e Dirceu Manfrinato, torna obrigatório a remessa, à Assembléia Legislativa, dos processos de "qualquer modalidade de licitação de valor igual ou superior a mil vezes o Maior Valor de Referência, da Administração Direta e Indireta, Autárquica ou vinculadas, e dá outras providências.

A medida proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças.

Chamada a opinar sobre o aspecto orçamentário, manifestamo-nos favoravelmente ao projeto, já que o mesmo atende aos interesses do Estado no sentido de que ampliem os poderes fiscalizadores desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 31/04/86.
(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente;
TRAJANO BASTOS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.33/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.31/86), objetivando criar, na Secretaria de Estado da Educação, 1 (um) cargo de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C. Com PARECERES FAVORÁVEIS das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 15, de 24/03/86, Mesagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.33/86

PARECER:

A matéria em exame é oriunda da Mensagem Governamental n.31/86 e objetiva criar na Secretaria de Estado da Educação 1 (hum) cargo de provimento em comissão, de Inspetor Estadual de Educação, Símbolo 4-C.

A medida se insere entre as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo, estando em conformidade com o que determina a Carta Magna Estadual. O mesmo se afirma com relação à legislação em vigor e o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1986.
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;
ODENI MONGRUEL - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.33/86

PARECER:

A Mensagem Governamental 31/86 - capeia o projeto de lei em tela, que autoriza a criação, na Secretaria do Estado da Educação de um cargo de provimento em Co-

missão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C.

A matéria está devidamente justificada pelo Chefe do Poder Executivo, o que nos convence da sua oportunidade.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que, as dotações orçamentárias em vigor, por certo contemplam recursos financeiros que suportem as despesas com a criação do cargo aqui previsto.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23/06/86.

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.28/86 (Mensagem n.30/86 - ex-Proposição n.47/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de Clevelândia, em 31/10/84, objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial; e com o Município de Prudentópolis, em 21/11/84, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Apicultores. Em REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Carolina Silva Portugal, ocorrido no dia 11 de junho do corrente ano, no município de Campo Largo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Gregorio Camilotti, ocorrido no dia 17 de junho do corrente ano, no município de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luís Leopoldo Mercer, ocorrido no dia 15 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem José Tadeu Nunes, ocorrido no dia 22 de junho do corrente ano, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Ramos, ocorrido no dia 10 de junho do corrente ano, no município de Assis Chateaubriand. Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projeto de Resolução n.26 a 40/86, referentes a Convênios diversos, firmados pelo Poder Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.28/86, que conceitua a profissão de jornalista no Serviço Público Estadual, e dispõe sobre a sua aposentadoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando a construção de um posto de Saúde, no povoado de São João, Município de Ubatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Secretária da Educação, viabilizando a extensão da Faculdade de Ciências e Letras do município de Campo Mourão, em Ubatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a perfuração de mini-poços, através da SUREHMA, no Distrito do Rio da Várzea e Clube 10 de Outubro, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a revisão, através da SUREHMA, no mini-poço perfurado no Distrito de Alto Alegre, município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de luminárias para a quadra esportiva, da Escola Estadual Maria Antonieta Scarpari - Ensino de 1.^o Grau, do município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo o aumento da cota de medicamentos, para o município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUN-DEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a implantação de novas instalações elétricas, na Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de 1.º Grau, do município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUN-DEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a implantação de novas instalações elétricas, na Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de 1.º Grau, do município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUN-DEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de um congelador para a Escola Estadual Arthur Ramos - Ensino de 1.º Grau, do município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de núcleos residenciais populares, no Jardim Carvalho, Vila Vilela e Vila Liane, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo providências no sentido de que seja evitada a construção da "Estrada do Colono", que vai ameaçar o Parque Nacional do Iguaçu. Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "A Igreja e a Reforma Agrária", publicado no Jornal "Correio de Notícias", do dia 20 de junho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Antes de encerrar a sessão, esta Presidência quer convocar os Senhores Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça, para, ao término desta sessão, comparecerem à Sala de Reuniões, para a reunião da mesma Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA;

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.111/86

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.25/86

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.13/84, 127/85

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.97/85, 166/85, 189/85, 33/86, 100/86, 126/86, 132/86

e do Projeto de Resolução n.28/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.98/84, 135/84, 292/85, 306/85, 308/85, 330/85, 42/86, 90/86, 97/86, 137/86

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.95/85, 26/86, 27/86, 29/86, 30/86, 31/86, 32/86, 33/86, 34/86, 36/86, 37/86, 38/86, 39/86, 40/86, 42/86 e 43/86.

Levanta-se a sessão

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 1986.

"A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA

Teófilo Bacha Filho

"O bem comum da sociedade requer, como exigência fundamental, que a sociedade seja justa". (João Paulo II).

Realmente, o uso do cachimbo faz a boca torta... Legalizado o Partido Comunista, busca-se novo culpado para as situações incômodas. A moda, agora, é culpar a Igreja, através da CPT (Pastoral da Terra) e das Comunidades de Base, pelas manifestações de insatisfação quanto aos tortuosos rumos que a reforma agrária vem trilhando. O pior é que nessa generalização da "síndrome do Estadão" alinham-se, lado a lado, figuras de proa da resistência democrática com conhecidos figurões do regime autoritário, repisando em coro os chavões da "insuflação" e da "manipulação". Na falta de ações concretas e eficazes para o secular problema da terra, esbanjam-se

declarações tolas e levianas.

A verdade, no entanto, é mais simples. O fato é que a Nova República empacou na reforma agrária, cedendo às pressões dos donos do poder, principalmente os que ora se aglutinaram na truculenta UDR, após o estardalhaço do I PNRA, constata-se que nem mesmo as pálidas medidas preconizadas terão condições de ser implantadas. A reforma agrária da Nova República está sendo transformada numa negociata trágica, manchada pelo sangue de centenas de camponeses e conspurcada pelos bandos armados pelos nossos sinhozinhos Malta. Terras ainda não foram distribuídas, mas 220 camponeses já foram massacrados somente em 85, ano inaugural da Nova República. Os alvos preferenciais, evidentemente, são as lideranças sindicais e comunitárias, dentre as quais se destacam as ligadas à Igreja. Em meio a toda essa história de sangue e banditismo Latifundiário, vem o sr. Ministro da Justiça esbanjar erudição jurídica e acusar a Igreja de querer "cavalgar" o Estado brasileiro, tão desprotegido e frágil, coitadinho. E lança uma formidável campanha de desarmamento que, deixando intocadas as armas dos donos de latifúndios, apreende as espingardinhas de chumbo dos pobres. Seria cômico, não fosse a realidade do sangue que já foi derramado...!

A igreja não insufla nem manipula. Age em coerência com sua missão ética e evangelizadora. Não é de hoje que ela vem se posicionando a favor de uma reforma agrária que promova a justiça social e a dignidade do homem no campo. Sua posição é de apoio a todas as formas de pressão pacíficas e democráticas e de repúdio à violência. O lugar da Igreja é lá onde está o povo, pois a fé em Jesus deve ser praticada em meio aos clamores e esperanças do povo. E a reforma agrária, a justa luta dos sem-terra, é um desses clamores aos quais a Igreja não pode se fazer de surda. É preciso que se entenda que a luta pela terra não é uma luta isolada, mas faz par-

te do movimento popular que bate às portas dos poderes tradicionais, exigindo justiça e dignidade para todos. A Pastoral da Terra insere-se, inevitavelmente, na dimensão do conflito entre interesses divergentes, daí porque não está excluída a confrontação com os latifundiários e o Estado. Confrontação que pode desembocar no martírio, como o recente caso do padre Josimo. O martírio é a possibilidade sempre presente no contexto da ação denunciadora e anunciadora profética da Igreja.

A causa da violência crescente no campo não está na ação firme, porém, pacífica, da Igreja. Está, sim, no coração endurecido e na mente obscurecida pela ganância dos faraós de hoje. Ninguém pretende fazer uma revolução no campo. A reforma agrária que se pede é necessária até para o desenvolvimento modernizante do País, cuja produção se situa em níveis, absurdamente baixos em relação à sua potencialidade real. O que se pretende é uma reforma agrária que "encaminhada à efetiva transformação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra", substitua o regime de latifúndios e minifúndios por "um justo sistema de propriedade para o homem que trabalha", na definição insuspeita do Marechal Castelo Branco, inaugurador do Regime Militar de 64. .

A Igreja tem por obrigação apoiar a justas pressões para que se faça justiça no campo. Não fazê-lo seria trair sua missão de "Luz dos Povos". A Igreja não incita nem coordena os movimentos sociais, mas se faz companheira de caminhada, especialmente do povo, que sofre e espera. Seria bom que os governamentos refletissem nisso, especialmente aqueles que, por se vincularem ao PMDB, deveriam estar eticamente comprometidos com uma autêntica e eficaz reforma agrária. O que é certo é que, talvez, seja mais fácil alguns peemedebistas traírem seus compromissos com o partido que a Igreja trair seus compromissos com a eticidade evangélica.